

Têmis com a espada

ALÉM DE INVESTIGAR A TENTATIVA DE APARELHAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL, O STF INVESTE CONTRA AS MILÍCIAS DIGITAIS BOLSONARISTAS. IRÁ ATÉ O FIM?

por ANDRÉ BARROCAL



A fatídica reunião ministerial, repleta de palavras e más intenções



Moraes, o "inimigo" da vez

ALEXANDRE DE MORAES: "NÃO PODEMOS ADOTAR A TEORIA DO APAZIGUAMENTO. NÃO DÁ CERTO"

A costumados a secular acordo das elites, os brasileiros assistem a um raro momento de confronto, de consequências imprevisíveis, entre poderes da República. De um lado, o Supremo Tribunal Federal. De outro, Jair Bolsonaro e aliados. Transformado em principal arena da luta política, o tribunal demonstra – a pergunta é até quando? – a disposição de se distanciar da postura conciliadora de seu presidente. José Dias Toffoli, que se recupera de uma cirurgia, depois de testar negativo para a Covid-19, sempre topou conversar com o ex-capitão, até no momento em que este comandou uma recente

invasão do STF com uma tropa de empresários preocupados com negócios, não com vidas, no meio da pandemia.

O clima é outro. Se o decano do Supremo, Celso de Mello, de 74 anos, acua o presidente com o ritmo *blitzkrieg* da investigação sobre o uso político da Polícia Federal apontado por Sérgio Moro, ex-ministro da Justiça, o “calouro” da corte, Alexandre de Moraes, de 51 anos, mina as bases do bolsonarismo. “Não podemos adotar a teoria do apaziguamento, não dá certo”, disse Moraes em um debate via internet na quarta-feira 27. Quando a democracia está em risco, prosseguiu, recorra-se à “aplicação da lei”. “Aplicação da lei” que Bolsonaro, seus generais-ministros e o Clube Naval encaram como “usurpação de poder”, motivo de tensão em Brasília.

Moraes falava da liberdade de imprensa e da atuação do Congresso e do Supremo, ameaçadas pelas milícias digitais bolsonaristas. Por ordem dele, naquele dia a Polícia Federal saiu à caça de provas de que essas milícias são uma “associação criminosa” montada para intimidar adversários, espalhar mentiras e cultivar o ódio. Um tiro de canhão que atingiu influenciadores digitais, parlamentares e empresários. “As redes sociais no Brasil giram em torno dessa máquina de comunicação construída pelo Bolsonaro. Acabar com a máquina de comunicação do Bolsonaro nas redes é acabar com ele”, avalia Felipe Nunes, cientista político da Universidade Federal de Minas Gerais e sócio da Quaest, empresa de análise do mundo digital.

O peso das milícias na sobrevivência de Bolsonaro explica a reação do ex-capitão. “Cidadãos de bem” tiveram “seus lares invadidos”, tuitou o presidente. “Acabou, porra”, gritou no dia seguinte, em frente ao Palácio da Alvorada. Em um vídeo na *web*, seu filho Eduardo, autor em 2018 da frase de que bastariam “um cabo e um soldado” para fechar o Supremo, disse que Moraes violou a lei de abuso de autoridade e que se aproxima a hora de uma “ruptura”, ou seja, de um golpe. “Não é mais uma opinião de se, mas de quando isso vai ocorrer”, afirmou. Embora ninguém do governo tenha sido atingido pelas buscas, o presidente convocou uma reunião com auxiliares para discutir o assunto. O ministro da Justiça, André Mendonça, pediu ao Supremo um *habeas corpus* em favor de todos os investigados no chamado inquérito das *fake news*, aberto em março de 2019 por Toffoli por conta própria, motivo de controvérsia.

Os investigados dividem-se em três núcleos, conforme a “associação criminosa” descrita por Moraes. Um reúne os disseminadores de conteúdo nas redes sociais, os influenciadores. Outro, deputados federais e estaduais, igualmente



propagadores de mensagens e elo com o último núcleo, o dos empresários-financiadores. Há estimativas de que essa rede bolsonarista consuma 5 milhões de reais por mês.

O bolsonarismo teme a asfixia financeira de suas milícias digitais. Isso ficou claro com a chegada ao Brasil, em maio, de uma iniciativa surgida nos Estados Unidos. Trata-se de uma conta no Twitter chamada *Sleeping Giants*, que caça anúncios de empresas em sites que propagam notícias falsas e depois espalha na web a ligação do anunciante com os mentirosos, a fim de levar a empresa a cancelar a propaganda. Os *Sleeping Giants* identificaram anúncio do Banco do Brasil no site bolsonarista *Jornal da Cidade Online*, propagador de *fake news*, o banco tirou a propaganda, Carlos Bolsonaro, filho do presidente, chiou, o chefe da Comunicação da Presidência, Fábio Wajngarten, topou “contornar” a situação, e o anúncio voltou. A pedido do Ministério Público, o Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso, cancelou o contrato do BB com o site.

Ação policial ordenada por Alexandre de Moraes atingiu com força o núcleo de influenciadores e financiadores. Houve busca e apreensão de celulares, *laptops* e *tablets* em endereços de 16 investigados. Entre eles, Allan dos Santos, do site *Terça Livre*, Sara Winter, uma das líderes de um acampamento paramilitar em Brasília (os “300 do Brasil”), e os empresários Luciano Hang, das Lojas Havan, Edgar Corona, da rede de academias Smart Fit,



Weintraub ingressou com um pedido de *habeas corpus preventivo*. Teme ser preso por suas bravatas contra os ministros do STF

e Otávio Fakhoury, financista ex-Lehman Brothers e ex-Mauá Investimentos. O juiz mandou bloquear as redes sociais (Twitter, Facebook, Instagram) de todos e determinou seus depoimentos à Polícia Federal em até dez dias.

No caso do núcleo parlamentar, Moraes mandou a PF ouvir, no mesmo prazo, seis deputados federais (Bia Kicis, Cabo Junio do Amaral, Carla Zambelli, Daniel Silveira, Filipe Barros

e Luiz Phillipe de Orleans e Bragança), e dois estaduais em São Paulo (Douglas Garcia e Gil Diniz), todos do PSL. E que as redes sociais usadas por eles guardem todos os escritos da turma, para servir de prova. O juiz reservou uma decisão especial para o ex-deputado Roberto Jefferson, do PTB. Jefferson posou para foto de metralhadora na mão, defende que Bolsonaro tire todos os 11 juizes do Supremo e que os militares partam para cima da corte: “O poder não inicia na toga, inicia no cano de um fuzil”. Sofreu apreensão de celular, computador e armas, bloqueio nas redes sociais e seria interrogado em cinco dias.

Moraes pediu que, de posse do material apreendido e dos depoimentos tomados, e naquilo que foi reunido em quase 15 meses de investigação, a PF produza laudos periciais que demonstrem infrações penais, “notadamente a participação em associações criminosas para proliferação de crimes e *fake news*”, e o modo de financiar essa rede. O caso está com uma equipe de quatro delegados, entre eles Igor Romário de Paula, o diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado da PF.

De Paula era da Operação Lava Jato em Curitiba e chegou ao cargo na gestão de Moro na pasta da Justiça.

Quando o ex-juiz se demitiu e alegou que Bolsonaro mexeu no comando da PF em causa própria, Moraes mandou à direção dos federais a ordem de não mudar os delegados do inquérito das *fake news*. Na antevéspera de deixar o governo, Moro recebera uma mensagem de Bolsonaro por WhatsApp com a seguinte notícia: “PF na cola de 10 a 12 deputados bolsonaristas”. Era uma referência



ao inquérito de Moraes. Em seguida, o presidente escreveu: “Mais um motivo para a troca”. É um forte elemento de apoio à alegação de Moro sobre as razões de Bolsonaro ter se metido na PF. A operação ordenada por Moraes ajuda a corroborar a alegação no inquérito conduzido por Celso de Mello.

Há mais risco para o pescoço de Bolsonaro na investigação das *fake news*. Moraes quebrou o sigilo bancário e fiscal de quatro investigados, entre eles os empresários Hang e Corona. O inquérito encontrou uma mensagem de WhatsApp enviada por Corona a integrantes do grupo “Brasil 200”, entidade de empresários bolsonaristas, na qual o dono da SmartFit diz: “Temos de impulsionar estes vídeos. Precisamos de dinheiro para inestir (*investir*) em mkt (*marketing*)”. Os vídeos eram ataques ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, tido pelo bolsonarismo como inimigo. A quebra dos sigilos vai de 1º de julho de 2018 a 30 de abril de 2020. Quer dizer, abrange o período da campanha presidencial.

O que for encontrado nas finanças de Hang e Corona poderá abastecer três ações de cassação da chapa Jair Bolsonaro-Hamilton Mourão no Tribunal Superior Eleitoral. Autor das ações, o PT pediu a Moraes que compartilhe com o TSE suas descobertas. Essas ações apontam abuso de poder econômico, que estaria configurado no financiamento fora da lei a Bolsonaro. Uma das ações é sobre *outdoors* espalhados por 33 cidades de 13 estados. Outra diz respeito à disseminação de *fake news* contra o petista Fernando Haddad por meio do WhatsApp de idosos. A terceira, sobre envio maciço de mensagens de WhatsApp ao eleitorado em geral contra Haddad.

Nesta última ação, Hang, que foi acordado em sua casa em Brusque, cidade de Santa Catarina, por policiais em busca de seu celular e computador no dia da ação contra as milícias digitais,



Corona, da SmartFit, e o financista Fakhoury: a rede de difamação gasta 5 milhões de reais por mês



“O SUPREMO É CULPADO PELA ELEIÇÃO DE BOLSONARO”, AFIRMA O SOCIÓLOGO ADALBERTO CARDOSO

também é réu. Ele acaba de ser condenado a pagar 20 mil reais de indenização ao reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, por ter mentido sobre ele e o xingado no Twitter em 24 de julho de 2019. Uma ninharia para a 36ª maior fortuna do País no *ranking* da revista *Forbes*, 8,2 bilhões de reais em 2019, mas um precedente a pesar contra ele e o ex-capitão no TSE.

Integrante do Supremo, o novo presidente do tribunal eleitoral, Luís Roberto Barroso, acaba de tomar posse e, perguntado por jornalistas, disse que logo botará em julgamento ações de cassação da chapa de Bolsonaro. O primeiro da fila é de autoria das coligações de Marina Silva (Rede) e Guilherme Boulos (PSOL), sobre hackeamento de um grupo na internet que se chamava “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” e, depois do ataque cibernético, virou “Mulheres Unidas com Bolsonaro”. Em novembro passado, o juiz do caso, Og Fernandes, o mesmo à frente das ações petistas, votou por arquivar o assunto, por falta de provas de que Bolsonaro soubesse do ataque. Edson Fachin, também do Supremo, pediu para examinar o caso, o que adiou a decisão. Barroso é personagem de uma história a indicar como os juízes da corte puseram as diferenças de lado e uniram-se para impor freios ao governo. Gilmar Mendes bateu boca com ele no passado, e em maio republicou no Twitter um comentário de Barroso alusivo ao bolsonarismo raivoso: “O mundo tem espaço para liberais, conservadores e progressistas, mas não para intolerância”.

É longa a lista de derrotas impostas pelo Supremo ao governo nos últimos tempos, quase sempre em ações de autoria da oposição e da Ordem dos Advogados do Brasil. Barroso impediu a expulsão de diplomatas venezuelanos, a divulgação de uma propaganda federal pelo fim das quarentenas e a proteção judicial de servidores que tomem



CAPA

certas decisões no combate ao coronavírus. Mendes não aceitou o pedido de Eduardo Bolsonaro de enterrar a CPI das Fake News. Rosa Weber proibiu o IBGE de acessar dados pessoais dos brasileiros nas companhias telefônicas. Marco Aurélio Mello não deixou Bolsonaro centralizar medidas anti-pandemia. Alexandre de Moraes barrou a tentativa do governo de ignorar a Lei de Acesso à Informação durante a crise sanitária e, também, a posse do delegado dos sonhos presidenciais, Alexandre Ramagem, no comando da PF.

Para o sociólogo Adalberto Cardoso, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Bolsonaro fez o Supremo enxergar que está numa sinuca de bico, que o presidente e seu *entourage* são uma ameaça à Constituição. Mas, anota ele, “o Supremo é culpado pela eleição do Bolsonaro”. Essa visão está exposta no livro recém-lançado *À Beira do Abismo: Uma Sociologia Política do Bolsonarismo*. É também longa a lista de feitos supremos que criaram um caldo político a desaguar na vitória do ex-capitão. Aval aos excessos da Operação Lava Jato, omissão quanto ao mérito do *impeachment* de Dilma Rousseff, afastamento de Eduardo Cunha do comando da Câmara só após iniciado o processo contra a petista, autorização para prisões em segunda instância. Feitos que aos poucos têm sido corrigidos, *vide* a revogação das prisões em segunda instância.

Até onde o Supremo topa ir em defesa da Constituição e na resistência a Bolsonaro? O fantasma militar está à espreita, a intimidar. O sentimento entre os generais-ministros e o vice Mourão é de que os juízes não deixam o ex-capitão governar. Augusto Heleno, do GSI, citou “consequências imprevisíveis” caso Celso de Mello mandasse recolher o celular de Bolsonaro no inquérito sobre interferência política na PF.

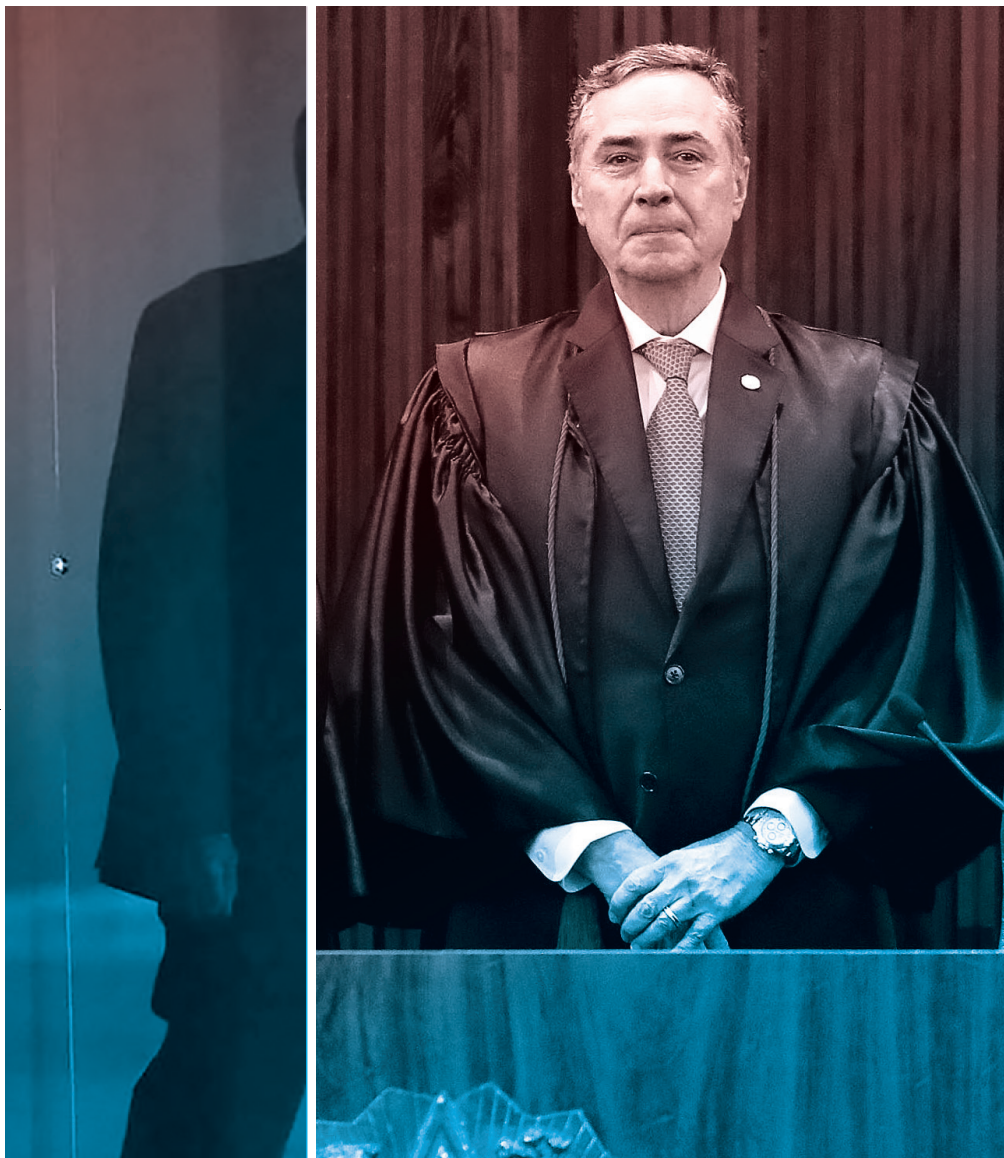
Heleno ameaçou e recuou. Bia Kicis e Carla Zambelli se complicam. Barroso vai julgar no TSE os pedidos de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão



O ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, endossou. O mesmo fizeram 90 coronéis da reserva colegas de Heleno na turma de 1971 da Academia Militar das Agulhas Negras, que ainda falaram em “guerra civil”. O Clube Naval, que reúne militares da reserva e da ativa, também apoiou Heleno. Três deputados do PT pediram ao STF a demissão do general, com base na Lei do *Impeachment*, de 1950, que descreve crimes de responsabilidade de ministros. A ação caiu no colo de Celso de Mello.

Bolsonaro garante que não entregará o celular, pois não é “rato”. A apreensão do aparelho foi pedida por PDT, PSB e PV. Mello consultou o procurador-geral da República, Augusto Aras, e este foi contra. Curioso: Aras opinou de forma oposta no caso do celular do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, inimigo de Bolsonaro, em uma operação que acaba de ser realizada. Até a conclusão desta reportagem, na quinta-feira 28, não havia decisão final de Mello.

Aras escancarou que é, como brinca



do próprio), e ainda posou para fotos juntos. Naquele dia, o presidente pediu publicamente o fim do processo sobre a troca de comando da Polícia Federal. Caberá a Aras decidir, no fim das contas, se denúncia Bolsonaro neste caso.

Em Brasília corre que o procurador-geral tem quebrado a cabeça para livrar a cara do padrinho. Uma das possibilidades? Não apontar crime comum, ou seja, nada de acusá-lo no Supremo, apenas de responsabilidade, o que jogaria o pepino ao Congresso em um *impeachment*. Segundo Cláudio Fonteles, que comandou a PGR de 2003 a 2005, por tudo que se sabe, Aras está obrigado a acusar Bolsonaro de prevaricação, crime de agente público que agride a lei por interesse pessoal. A reunião ministerial de 22 de abril, analisa Fonteles, é um indício importante a favor da versão de Sérgio Moro.

O vídeo da reunião foi divulgado por decisão de Celso de Mello, para revolta do presidente. Quem se deu mal com o vídeo foi o ministro da Educação. Abraham Weintraub bravateou naquele convescote: “Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF”. Mello viu possível crime de injúria e alertou os colegas de toga para tomarem providências, se quisessem. Detalhe: o decano tem Weintraub nas mãos em um inquérito por racismo. Alexandre de Moraes tomou providência. Vê crimes do Código Penal e na Lei de Segurança Nacional. E deu cinco dias, até 31 de maio, para ele se explicar à PF. O ministro da Justiça, André Mendonça, pediu um *habeas corpus* preventivo em favor de Weintraub, para ele não depor nem ser preso por conta das declarações. A guerra está declarada. Veremos se, contra a própria história, o STF irá sustentá-la até o fim. •

um colega aposentado, o “PGR de estimação” do presidente. No dia das batidas policiais contra os milicianos digitais, pediu ao Supremo para arquivar o caso. Engraçado: ao chegar ao cargo com as bênçãos de Bolsonaro, havia comunicado à corte que não via problema na apuração, ao contrário da antecessora, Raquel Dodge, que a considerava ilegal. Na antevéspera, Bolsonaro havia se convidado (palavras do próprio) para encontrar o procurador, e este o recebeu “com a alegria de sempre” (também palavras

VALTER CAMPANATO/ABR. ROBERTO JAYME/SEE E REDES SOCIAIS

O FANTASMA MILITAR ESTÁ À ESPREITA, SEMPRE A INTIMIDAR

